

**CONTRA O SILÊNCIO DO CATIVEIRO:
ENTREVISTA COM O ESCRITOR E JORNALISTA EDUARDO REINA**

**AGAINST THE CAPTIVITY'S SILENCE:
INTERVIEW WITH WRITER AND JOURNALIST EDUARDO REINA**

César Alessandro Sagrillo Figueiredo¹

Luiza Helena Oliveira da Silva²

Em entrevista concedida especialmente para o dossiê Literatura e História, da EntreLetras, o jornalista Eduardo Reina, autor de livros que versam sobre a ditadura civil-militar brasileira, falou-nos de seus trabalhos, em especial *Cativeiros sem fim: as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil*, publicado em 2019 pela Almedina. Reina, com 56 anos, é mestre em Comunicação Social (2020) e bacharel em Comunicação Social (Jornalismo) (1985), ambos pela Universidade Metodista de São Paulo. Natural de São Paulo, reside hoje em São Bernardo do Campo. Atuou em jornais e periódicos como diretor de redação, editor executivo, colunista, chefe de reportagem, editor e repórter em São Paulo e interior, como O Estado de São Paulo, Diário de São Paulo, Diário do Grande ABC, Comércio do Jahu, Diário Popular, Guia 4 Rodas, entre outros. Fez assessoria de imprensa para empresas, organizações, autarquias e empresas governamentais e sindicatos. Ganhou prêmios como Abril (1986, 1987), Estado (2010) e Imprensa Sindical (1993); menção honrosa no prêmio Excelência Jornalística da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) em 2010. Mestre em Comunicação Social e Jornalista pela Universidade Metodista de São Paulo. Fez curso de complementação na Organização Internacional do Trabalho (OIT) na Suíça (1993) e extensão na ESPM (1991). Autor dos livros *Cativeiro sem fim* (2019), *Depois da Rua Tutoia* (2016), *No Gravador* (2003). Integra o livro *O Conto Brasileiro Hoje*, Vol.5, (2007) e *Contos e Casos Populares* (introdução de Paulo Freire), 1984. A entrevista foi realizada por e-mail, durante uma das semanas da quarentena provocada pela pandemia do Covid-19.

¹ Doutor em Ciências Políticas, docente da Universidade Federal do Tocantins, campus de Tocantinópolis, realizando estágio pós-doutoral em semiótica (UFT). Membro do GESTO (Grupo de Estudos do Sentido – Tocantins). Desenvolve pesquisas relativas à literatura de testemunho. E-mail: cesarpolitika@mail.uft.edu.br

² Docente da Universidade Federal do Tocantins, coordenadora do GESTO (Grupo de Estudos do Sentido – Tocantins). Desenvolve pesquisas em semiótica aplicada relativas ao ensino de língua e literatura, no momento priorizando produção de autores do Tocantins que tematizam a ditadura. E-mail: luiza.to@uft.edu.br

ENTRELETRAS: Discorra um pouco sobre a obra *Cativeiro sem Fim* (2019), apresentando-a aos leitores da revista tanto acerca do livro como sobre o percurso para concretizá-lo. Nesse sentido, gostaria que você, se possível, abordasse acerca dos sequestros e desaparecimentos forçados de crianças e adolescentes, praticados por agentes da repressão aos movimentos de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Seriam ao menos 11 sequestros ligados à Guerrilha do Araguaia. Como você chegou a essas informações? Qual foi seu ponto de partida?

EDUARDO REINA: As histórias da ditadura sempre foram meu foco de pesquisa e curiosidade, desde a época da universidade, na década de 1980. Sempre li muito a respeito, e uma pergunta me intrigava desde então: por que se fala tanto em Operação Condor, em ação participativa entre as forças militares de repressão na América do Sul e, principalmente, a existência do crime de sequestro de filhos de militantes opositores pelos militares durante os anos de chumbo na Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Bolívia e não há nenhuma informação sobre este crime aqui no Brasil? Então, aos poucos, fui atrás dessa resposta.

Foi um trabalho longo, que no início resvalou na indiferença e negação do fato. Não havia uma personagem real, um familiar, um mísero documento que apontasse para a realidade. Essa lida durou mais de uma década, quase duas. Mas em 2015, um amigo do interior de São Paulo me pediu para escrever um livro, um romance, para estrear a editora que ele acabara de fundar. Foi quando resolvi colocar o projeto na rua. O projeto de encontrar as vítimas brasileiras desse crime cometido pela e durante a ditadura.

A proposta continha o romance, que conta a história da filha de uma militante de esquerda sequestrada ao nascer e entregue a um empresário paulista que financiava os órgãos de repressão. Tudo ficção, baseada em fatos que ouvira falar, mas não tivera provas.

O objetivo com este livro, chamado “Depois da Rua Tutoia” – em referência à localização da sede do DOI-Codi na capital paulista –, era jogar luz sobre esse crime, escondido nas páginas de jornais e na historiografia nacional; e também que as pessoas ao lerem um texto mais livre de amarras, por ser uma ficção, criassem coragem e contassem o que sabem a respeito desse crime. Parecia uma proposta maluca. Mas deu certo.

Dois meses depois do lançamento do romance, em abril de 2016. Fui procurado pela filha de uma vítima real, que fora apropriada pelo motorista do ex-presidente Ernesto Geisel.

Debates sobre o romance e a minha pesquisa me levaram a Belém do Pará, em março de 2017, que por sua vez me colocaram em contato com pessoas ligadas a região do Araguaia; que me levaram ao Araguaia. E a partir daí, numa velocidade muito grande e inesperada, os casos reais começaram a aparecer.

Fui à região do Araguaia duas vezes. Fui apresentado a várias pessoas que viveram a guerrilha, conheceram os guerrilheiros e os militares. Tive contato com vítimas reais, como Juracy, sequestrado por engano. Ele foi levado para Fortaleza por um tenente. Os militares pensavam que ele fosse o filho do guerrilheiro Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão. Tive contato com Antonio Viana da Conceição, irmão do verdadeiro filho de Osvaldão (Giovani, sequestrado depois do ocorrido com Juracy) e várias outras pessoas. Também fui tendo contato com outros personagens reais desse crime de Estado e consegui reconstruir a histórias delas.

Foi um período bem difícil. Fiz tudo sozinho, arqueei com todos os custos. Várias pessoas negaram a existência desse crime. Outros disseram que eu era louco, que não encontraria nada. A leitura de uma centena e meia de livros escritos por jornalistas, militares, historiadores, acadêmicos me forneceram muitas pistas para conseguir encontrar as histórias de vítimas reais. Eram informações descritas aleatoriamente, contidas em notas de pé de página ou nas entrelinhas. Mas encontrei 19 casos reais que resultaram no livro reportagem *Cativeiro Sem Fim* (2019). Desses 19 casos, 11 estão relacionados diretamente a Guerrilha do Araguaia. São seis filhos de camponeses, três filhos de guerrilheiros e dois outros casos de irmãos dos filhos de guerrilheiros apropriados juntos.

ENTRELETRAS: Além dos sequestros de crianças e adolescentes ligados aos militantes e aos camponeses do PCdoB no Araguaia, você relaciona mais 8 casos. Você acredita que esse número possa ser ainda maior?

EDUARDO REINA: Com certeza os 19 casos relatados em *Cativeiro sem Fim* são a ponta de um iceberg. Desde o lançamento do livro reportagem em abril de 2019 fui procurado por mais 30 outras pessoas que também se dizem ter sido sequestradas ou por pessoas ligadas às vítimas. São 30 novos casos que precisam agora ser apurados, investigados, ouvis as pessoas envolvidas, procurar documentos etc. Todo um processo de checagem e rechechagem de informações, dados e depoimentos. Deve haver mais casos no próprio Araguaia.

ENTRELETRAS: A que propósitos serviam esses sequestros? Por que foram também sequestradas crianças indígenas? Quais foram os efeitos sobre as vítimas desses crimes?

EDUARDO REINA: Os sequestros tinham o objetivo de aniquilar totalmente os inimigos, um preceito base da guerra antirrevolucionária defendida pelos franceses. Aliás, os franceses tiveram muita influência na ditadura brasileira. Através do general Paul Aussaresses, muito amigo do ex-chefe do SNI e ex-presidente João Figueiredo, que veio ao Brasil ensinar táticas antiguerrilha.

Junto com esse objetivo de aniquilamento total do inimigo, também queriam construir um país sob uma nova ideologia, que não tivesse, sequer, um traço do comunismo, do socialismo. Então, os sequestros de filhos de militantes de esquerda também tinham o propósito de colocar as crianças junto a famílias de militares e ligadas à igreja católica. Pregavam que recém-nascidos e crianças até 4 anos de idade podiam passar por esse processo de apropriação. Crianças acima dessa faixa etária deveriam ser eliminadas, pois julgavam que já estavam “contaminadas” com a ideologia dos pais.

As vítimas com que consegui falar são abaladas emocionalmente. Alguns, como Rosângela Serra Paraná, procura desesperadamente sua mãe biológica. Outro, como Antonio Viana, está descrente em reencontrar o irmão Giovanni e a irmã Ieda, também sequestrada.

ENTRELETRAS: Neste seu livro *Cativeiro sem Fim* (2019), na sua opinião, poderia se filiar a qual corrente literária específica?

EDUARDO REINA: É um livro reportagem, na mais pura concepção do jornalismo investigativo.

ENTRELETRAS: Você vê conexões ou diálogo da sua obra com a denominada *Literatura do Testemunho* (gênero literário que versa sobre biografias, relatos, depoimentos ou testemunho de vítimas de Estados de Exceção, genocídios ou catástrofes)?

EDUARDO REINA: Sim, é muito próximo. O livro reportagem é uma literatura do testemunho. No *Cativeiro sem fim* relato o testemunho de vítimas de sequestro pelos militares, o testemunho

de familiares. Só não relato o testemunho dos militares porque eles não quiseram se pronunciar sobre as denúncias. Aliás, há relatos de militares no livro sim, reproduzidos de livros por eles escritos, como o do tenente José Vargas Jimenez, que atuou na guerrilha do Araguaia, e até de ex-presidentes da República.

ENTRELETRAS: Segundo fonte de suas pesquisas, houve diversos casos comprovados de crianças e bebês sequestrados de seus pais, criados por militares ou pessoas alheias a suas famílias de origem no Brasil, por que motivo há pouco destaque dessas denúncias?

EDUARDO REINA: Esta resposta tem tudo a ver com minha dissertação de Mestrado. Na pesquisa mostro como foi construída uma narrativa militar desde 1964 no Brasil. Os militares foram muito eficientes na divulgação dessa narrativa.

Vejam que os principais trabalhos científicos, jornalístico e bibliográficos estão baseados em fontes e documentos militares. Isso se chama manter o domínio na guerra de informações.

As forças armadas consideram a manutenção do domínio da informação, imprensa e cultura tão ou mais importante do que se ter o domínio físico do território de batalha e as ações físicas na guerra.

Esse domínio ficou assim refletido: dos 150 livros analisados no Mestrado, somente 10, 6,66%, citam transversalmente algumas das vítimas ou pessoas a elas ligadas. Também analisei 12 anos de edições de quatro jornais de grande circulação nacional que veicularam reportagens com as vítimas e/ou seus familiares. No total foram identificadas 9 matérias, ou 0,2% do total de 4.380 edições que circularam pelo país.

Junto a esse trabalho comunicacional dirigido pelos militares soma-se a anuência da mídia de massa, de parte da sociedade e o medo das vítimas que sobreviveram.

ENTRELETRAS: Em que medida seu livro colabora para evitar esse silenciamento intencional da memória? Nesse sentido, como você justifica o silêncio sobre esses crimes até o momento, a ponto de que se acreditasse que sequestros como esses teriam ocorrido apenas nos outros países da América Latina?

EDUARDO REINA: Sim. Houve, inclusive, editoriais de grandes jornais que citaram que a ditadura brasileira foi uma “ditabranda”. Junto com a narrativa monodirecionada, baseada em fontes militares, foi sendo construída uma história com um prisma apenas. E as pessoas, mesmo aqueles que sofreram barbaridades nas mãos dos militares nas décadas de 1960 e 1970, acreditam que esse tipo de crime só aconteceu nos países vizinhos.

Mas este silêncio foi quebrado. Agora é necessário todo um trabalho para restituir a identidade original dessas pessoas vítimas de um crime de Estado. E ajudá-las a encontrar os pais biológicos.

ENTRELETRAS: Nos países do Cone-Sul há uma farta bibliografia, que se cruzam com materiais da história, da literatura e do jornalismo acerca desse tema dos testemunhos, portanto, em que medida essas searas diferentes podem tornar-se uma voz uníssona para romper esses silêncios forçados da história?

EDUARDO REINA: Percebo que toda vez que há a divulgação o livro reportagem *Cativeiro sem fim*, toda vez que a mídia publica algo a respeito, sou procurado por alguém dizendo conhecer histórias semelhantes, quando não a própria vítima. Espero que esse meu trabalho seja o ponto de partida para outros trabalhos que tragam luz para esse período obscuro da história brasileira. As histórias de outros personagens da ditadura devem ser escritas. É preciso contar a versão das mulheres, dos indígenas, dos camponeses, dos familiares daqueles que foram assassinados nas periferias das grandes cidades e continuam silenciados até hoje, por exemplo.

ENTRELETRAS: O gênero Literatura do Testemunho é, muito fortemente, consolidado em diversos países da América Latina que foram vítimas de Estados de ditatoriais, excluindo o Brasil, qual a sua opinião a respeito disso e consegue apontar hipótese como escritor acerca desse incipiente gênero literário no Brasil?

EDUARDO REINA: Na Argentina, por exemplo, o curso histórico contribuiu para que se fosse construído a Literatura do Testemunho. O sequestro de filhos dos militantes políticos era um fato explícito, debatido nos grandes centros e uma solução era reivindicada. A história da ditadura argentina foi sequenciada por outros problemas, como a guerra das Malvinas, que mobilizou a população contra os militares. A Associação das Mães da Praça de Maio, que se

transformou na associação das avós, e uma série de outras entidades civis ajudou a organização do movimento reivindicatório em busca dos filhos e netos apropriados ilegalmente pelo Estado e dos desaparecidos.

Aqui no Brasil não tivemos isso. Passamos por uma lei de anistia que colocou uma pá de cal sobre os crimes cometidos pelos militares. Soma-se a isso a guerra informacional, a cooperação de parte da sociedade e da mídia de massa e também da Justiça, que não vê e impede ações contra os criminosos militares. Deu no que deu. Tanto que na Argentina são os pais e avós que estão na busca pelos filhos e entes sequestrados. Aqui no Brasil são as vítimas do sequestro em busca dos pais biológicos.

Penso que o material produzido precisa ser mais atraente para o leitor comum. A linguagem acadêmica ergue uma barreira entre o cidadão comum e os estudantes.

É preciso uma linguagem mais comum, que atinja maior percentual de pessoas, porque há enorme dificuldade na interpretação de texto em todo país.

ENTRELETRAS: Retomando acerca da sua pesquisa na região do Araguaia (Norte do Tocantins e Sudeste do Pará), como foi o trabalho com as fontes e como foi realizada a pesquisa de campo? Pode falar um pouco acerca do percurso de como transformar uma pesquisa acadêmica (ou jornalística) em livro.

EDUARDO REINA: O primeiro contato foi com militantes políticos, ainda em Belém do Pará. Depois, em maio/junho de 2017, fui participar de um evento alusivo aos 45 anos da guerrilha do Araguaia, em Marabá. Lá tive contato com várias pessoas que vivenciaram o episódio. Fui apresentado às vítimas e seus familiares. A pesquisa teve início antes do trabalho acadêmico. Depois, em 2018, já cursando o Mestrado, voltei ao Araguaia para buscar mais informações e encontrei o filho de um agricultor que foi sequestrado, José Vieira. Além dos depoimentos houve busca de material jornalístico a respeito da guerrilha, busca de vítimas e seus familiares, busca de personagens retratados nos livros analisados, centenas de entrevistas, busca de documentos, fotografias, visitas a muitos locais descritos nas entrevistas narrativas. Jornalismo investigativo presencial, cara a cara com o fato, personagens e localidades onde ocorreram os fatos.

ENTRELETRAS: Você encontrou alguma dificuldade nas pesquisas, por exemplo, medos ainda presente dos moradores e traumas que dificultaram as entrevistas, especialmente, nas

regiões de conflito da Guerrilha do Araguaia, como Xambioá e outras cidades? Mediante percurso, você acredita que ainda há muitos temas de pesquisa e relatos a ser revelado na Região do Araguaia, sobretudo acerca da Guerrilha do Araguaia?

EDUARDO REINA: Fiquei impressionado como esse tipo de informação (sobre o sequestro) circula oralmente nessa região do Araguaia, mas as pessoas têm medo de falar. Foi preciso um trabalho de aproximação e de angariar confiança junto às vítimas para fazer as entrevistas.

Há um medo muito grande de sofrer represálias do Exército, que continua até hoje atuando junto a essas pessoas simples. Grupos militares vão ainda regularmente hoje às casas de camponeses, de trabalhadores e de pessoas próximas às vítimas. Para alguns eles dão uma cesta básica. Para outros uma arma ou dinheiro. Mas sempre querendo ouvir relatos de como as coisas estão andando. E quando necessário (para eles, militares) dão uma prensa também.

O medo cresce sempre que alguém resolve contar alguma coisa e essa pessoa acaba assassinada, como é o caso de Raimundo Cacaúba, mateiro que auxiliou o Exército, que resolveu falar umas coisas e foi morto 15 dias depois.

Na primeira vez que estive no Araguaia, por exemplo, o Exército adiantou uma ação cívico social que era realizada em agosto, no dia do soldado, para o fim de maio e início de junho em Marabá. Creio que o objetivo foi rivalizar o evento sobre os 45 anos da guerrilha.

Mas há muita coisa a ser pesquisada, contada. Basta que alguém se disponha a fazer.

ENTRELETRAS: E, como tema de pesquisa, para os estudantes que queiram se encaminhar para este percurso formativo e investigativo de relatos e de testemunho, você poderia tecer algumas sugestões a respeito das fontes, rigor do método, saída de campo.

EDUARDO REINA: Penso ser muito necessário definir um tema, uma abordagem. É preciso saber qual o objetivo principal: a história dos índios usados pelos militares na caça aos guerrilheiros do Araguaia, a ação dos camponeses obrigados pelos militares a acompanhá-los, como ficaram as mulheres dos moradores locais quando eles foram presos. Há uma infinidade de pontos e personagens a serem estudados.

Depois é preciso fazer uma revisão bibliográfica. Penso ser fundamental para embasar o projeto. Na sequência mapear o que será preciso fazer, onde ir, com quem falar, o que buscar. É basicamente a criação de um projeto de jornalismo investigativo. Nos livros analisados, a bibliografia de referência deles é fonte fundamental para a criação do mapa da pesquisa.

A mão na massa vem só depois. É importante ter todo esse embasamento teórico para que o pesquisador tenha capacidade de discernir o conteúdo obtido em campo durante as entrevistas e obtenção de documentos e respostas dos envolvidos, e não ser direcionado ou enganado.

Tudo o que está no livro *Cativeiro sem fim* foi checado, recheado. As informações obtidas nas entrevistas foram cruzadas com outras informações (no percurso muita coisa foi descartada por não ter obtido prova ou haver levantado fato/informação que não consegui obter prova). Tudo cientificamente analisado e construído.

ENTRELETRAS: Antes mesmo de finalizar seu livro, você encaminhou a denúncia ao Ministério Público Federal, para isso levando em conta que cabem ainda ações contra os envolvidos nos sequestros: seriam considerados crimes de lesa-humanidade (sequestro de crianças) para os quais não caberia prescrição. Como está o andamento desse processo, considerando o contexto atual e o alinhamento político do governo pós-eleição de 2018? Que importância você atribui a esses relatos no contexto atual do país?

EDUARDO REINA: Entreguei todo o material para a Comissão sobre Mortos e Desaparecidos do MPF. Esse material foi desmembrado em quatro ou cinco ações, com base no território onde ocorreram os crimes nas décadas de 1960 e 1970. As respectivas procuradorias me procuraram solicitando mais informações. Mas depois tudo ficou sob sigilo. Sei que uma delas já arquivou a ação.

Também teve início a criação de um banco de dados genéticos para que se pudesse cruzar informações entre parentes de guerrilheiros, das vítimas de sequestro. Mas esse trabalho acabou sepultado em 2019 com as mudanças realizadas pela presidência da República na Comissão sobre Mortos e Desaparecidos do MPF, infelizmente.

Há um vasto caminho jurídico que precisa ser percorrido para culminar na restituição da identidade dessas vítimas de sequestro. Será uma briga entre grandes e pequenos. Mas que precisa ser feita.

ENTRELETRAS: Finalizando a entrevista, agradecemos imensamente à disposição em colaborar com a Revista Entreletras e, caso queira acrescentar algum comentário final, está aberto para a sua fala:

EDUARDO REINA: A história da ditadura brasileira precisa ser estudada e divulgada muito. Não sabemos quase nada ainda. E o que sabemos tem a lente dos militares, baseada em fontes militares. Precisamos ouvir outros envolvidos, buscar novas fontes, conhecer as histórias invisibilizadas, opacas, escondidas nos pés de página dos livros de história e reportagem. E este trabalho corre contra o tempo. O tempo cronológico é muito mais rápido que os estudos acadêmicos, e ele vai levar muitos personagens embora antes que muitos brasileiros se deem conta do que aconteceu com o vizinho deles, com os parentes deles, com os amigos deles. E que ficou escondido por décadas. Estou à disposição para cooperar no que for possível.

Recebido em 21 de abril de 2020

Aceito em 22 de abril de 2020